

Carta pública em defesa da quebra de patentes das vacinas contra a COVID-19

A pandemia de COVID-19 trouxe inúmeros desafios para a humanidade, dentre eles, a produção de vacinas capazes de proteger a população, com a perspectiva de combate efetivo ao vírus, dando fim à atual emergência sanitária. Grande parte do investimento na pesquisa das vacinas tem sido feito com recursos públicos, por diferentes países e regimes políticos e econômicos. Além disso, conhecimento e medidas de controle e prevenção dessa doença têm sido compartilhados pelos países e organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS).

No Brasil, as infecções pela doença ultrapassam 15 milhões e seiscentos mil casos. O vírus já tirou a vida de mais de 435 mil brasileiros e levou à hospitalização de centenas de milhares que, por vezes, sobrevivem com sequelas. Até o momento, mais de 1 ano após as primeiras infecções detectadas no país, não há um plano claro e concreto do governo federal para o enfrentamento da pandemia nem protocolos de cuidado, fundamentados em evidências científicas.

Apesar das iniciativas brasileiras de articulação para desenvolvimento e produção de vacinas contra a COVID-19, lideradas pela FIOCRUZ e pelo Instituto Butantan, a vacinação no país caminha lentamente. Até hoje, dia 21 de maio de 2021, após 4 meses decorridos da autorização de duas vacinas pela Anvisa, menos de 20% da população recebeu pelo menos 1 dose de vacina, o que deixa milhões de pessoas expostas ao risco de infecção e morte pela doença. Contribui para esse cenário pouco alentador, a demora do governo federal em negociar oportunamente a aquisição de vacinas, elemento crítico para resolver a crise de forma efetiva. A lentidão no processo de vacinação da população contribui para o surgimento de novas variantes do vírus, que apresentam maior transmissibilidade e virulência, representando um perigo para todo o planeta.

A pandemia acentuou as desigualdades sociais e econômicas em todo o mundo. Países mais ricos do hemisfério norte usaram seu poder econômico para celebrar contratos e adquirir produtos e insumos para combater a pandemia, de forma muito superior aos países mais pobres, aprofundando ainda mais as desigualdades entre as nações.

Neste contexto, surge o debate sobre a quebra de patentes das vacinas atualmente disponíveis, o que poderia contribuir para garantir acesso equânime e mais justo do benefício da vacinação para toda a população mundial. A quebra de patentes, mesmo que temporária, beneficiaria todos os países, aumentando a capacidade mundial de produção e a consequente diminuição da escassez das vacinas, impactando na política de preços atualmente praticada pelas poucas companhias farmacêuticas que as produzem.

A proposta da Índia e da África do Sul apresentada à Organização Mundial do Comércio (OMC) em outubro de 2020 gerou reações negativas das grandes indústrias farmacêuticas dos Estados Unidos e da Europa. No entanto, o posicionamento em relação à quebra temporária desse monopólio mudou recentemente, com as manifestações favoráveis do governo dos Estados Unidos e da União Europeia, que se dispuseram a discutir o tema. Nesta semana, o governo da China também se declarou favorável a esse debate.

Assim, torna-se urgente que o Brasil apoie a iniciativa de quebra de patentes das vacinas e fortaleça a ciência e a tecnologia, especificamente o complexo industrial da saúde, para que o país participe ativamente do aumento da escala de produção mundial de vacinas contra a COVID-19.

Entendendo que a ciência é o caminho para combater a atual crise sanitária e pandêmica e que a inovação deve ser colocada imediatamente e de forma efetiva a serviço de toda a população mundial, a comunidade da UnB vem apoiar o movimento pela quebra das patentes das vacinas para combater a COVID-19, em prol do respeito ao direito à saúde e à vida de todas as pessoas, no Brasil e no mundo.

Comissão: Professores Alexandre Bernardino (FD), Gustavo Romero (FM), Maria Emilia Walter (DPI) e Discente Victor Sales Gorman.